

Transportes, Atonso Calma, etc.

Tentativas para isolar a Constituinte não vingarão

25 NOV 1985

BRASÍLIA — A Aliança Democrática não admitirá interpretações equivocadas sobre a convocação da Constituinte, no sentido de que o Congresso ordinário não funcionará paralelamente à Assembléia. A supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", feita no texto para facilitar a sua aprovação, poderá ser utilizada no futuro por forças políticas interessadas nessa versão, temem os líderes da Aliança.

— Não sei se por desinformação ou por má-fé, há setores divulgando uma versão incorreta, afirmando que o Congresso não funcionará ordinariamente junto com a Assembléia. Para desfazer qualquer dúvida, iremos ao Supremo Tribunal Federal, se for necessário — disse ontem o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli.

Lembrou Chiarelli que antes da votação os Presidentes do PFL e do PMDB, apoiados depois pelo PDT e pelo PDS, anexaram à ata de votação uma declaração política, segunda a qual concordavam com a supressão da expressão, ressaltando,

entretanto, que isso não significa ausência do Poder Legislativo ordinário. E indagou:

— Quem vai aprovar o Orçamento, prover os nomes das embaixadas, liberar empréstimos dos Estados e cumprir tantas outras funções atribuídas ao Congresso enquanto a Constituinte estiver reunida? Ela será soberana para decidir sobre seu funcionamento mas não se sobreporá ao Congresso Ordinário. Ou, então, o Presidente terá de legislar por decreto lei, o que seria um contrasenso, dentro da democracia que estamos procurando.

Essa polêmica chegou a preocupar o próprio Presidente José Sarney, na reunião de anteontem com os liberais. Ele entende a questão da mesma forma que os Líderes da Aliança.

— Mesmo porque — acrescenta o Líder do PFL — para eliminar o funcionamento ordinário do Congresso seria preciso revogar os artigos 43, 44 e 45 da atual Constituição, que tratam das atribuições do Poder Legislativo.